	NORMA	NR_033/2020	Pág. 1 de 5
Assunto	Saúde e Segurança no Trabalho para Empresas Contratadas e subcontratadas		
Abrangência	Geral		
Emissor	Gerência de Recursos Humanos		
Corresponsável	Setor de Segurança e Medicina do Trabalho		
Data de emissão 24/11/2020	Nº Da Revisão	Data da Revisão	

1. OBJETIVO

Estabelecer as diretrizes de SST - Saúde e Segurança no Trabalho para empresas contratadas e subcontratadas, visando proteger a integridade física e a saúde de seus funcionários, bem como preservar o patrimônio da Cooperativa.

2. APLICAÇÃO

Empresas contratadas e subcontratadas para realizar serviços ou obras nas dependências da Cooperalfa.

3. INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS

Previamente a efetivação da contratação de trabalhos terceirizados, o Setor de Segurança do Trabalho da Cooperalfa deverá ser informado pelo gestor do contrato, para:

- Indicar as medidas de prevenção, atendimento à legislação e apresentação de documentos obrigatórios;
- Participar de aprovações e discutir sobre os serviços a serem realizados e procedimentos de trabalho.

4. DOCUMENTOS PARA INTEGRAÇÃO DE SEGURANÇA NO TRABALHO

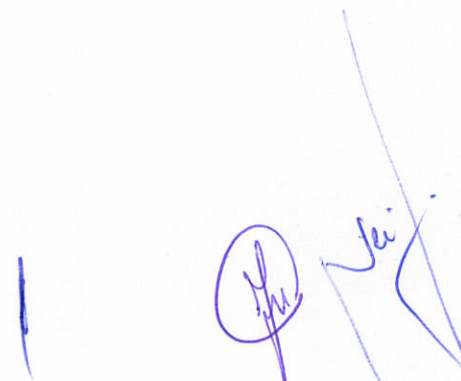
As empresas contratadas e subcontratadas devem enviar ao Setor de Segurança do Trabalho da Cooperalfa, exclusivamente por e-mail, em arquivo separado por funcionário, todos os documentos pessoais e referentes a SST - Saúde e Segurança no Trabalho, conforme consta no "Manual Técnico de Segurança para Contratadas".

De acordo com o manual, para as empresas terceirizadas participarem da Integração de Segurança, é imprescindível apresentar cópia dos documentos pessoais de seus funcionários e de SST da empresa, conforme descritos a seguir:

4.1 DO FUNCIONARIO

a. Documentos:

- RG - Registro Geral e CPF - Cadastro Pessoa Física;
- Ficha de Registro de Empregado com foto;
- Ficha de controle de fornecimento de EPIs;
- ASO - Atestado de Saúde Ocupacional;
- Apólice de seguro de vida.



b. Treinamento de SST obrigatório para funcionários:

De acordo com os riscos das tarefas, os funcionários das empresas contratadas e subcontratadas, devem comprovar através de certificados emitido por profissional habilitado, os treinamentos de segurança exigidos nas NR's - Normas Regulamentadoras, bem como no "Manual de segurança para Contratadas", conforme certificados descritos abaixo:

- NR 10, para execução de trabalhos com eletricidade;
- Certificado de curso reconhecido pelo sistema oficial de ensino para profissionais qualificados e habilitados em serviços com eletricidade;
- NR 18, para trabalhos na construção civil (curso básico 6 horas). A partir de 01/08/2021, a carga horária passa para 4 horas;
- NR 18, Segurança na Soldagem e Corte (curso básico 8 horas);
- NR 18, para trabalhos em altura com cadeira suspensa (curso de 4 horas);
- NR 20, para trabalhos em locais com armazenamento de líquidos inflamáveis;
- NR 33, para trabalhos em espaços confinados;
- NR 35, para trabalhos em altura.

4.2 DA EMPRESA**4.2.1 PROGRAMAS DE PREVENÇÃO OBRIGATÓRIOS**

As empresas contratadas ou subcontratadas para trabalhos de risco, independentemente do número de colaboradores, devem apresentar os programas de prevenção de doenças e acidentes, exigidos pelas NR's - Normas Regulamentadoras, elencados abaixo:

- **PPRA** - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais. A partir de 01/08/2021, em atendimento a NR 1, será exigido o **PGR** - Programa de Gerenciamento de Riscos, com os requisitos de avaliação constantes na NR 9 - Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais aos Riscos Físicos, Químicos e Biológicos.
- **PCMSO** - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. A partir 01/08/2021, apresentar de acordo com o novo texto;
- **PCMAT** - Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção. A partir de 01/08/2021, com a entrada em vigor do novo texto da NR 18, será obrigatório a elaboração do PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos;
- **LTCAT** - Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho.

4.2.2 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Atendido todos os requisitos pela a empresa a ser contratada, a área contratante solicitará a assessoria jurídica a elaboração do contrato.

Nenhuma situação de emergência ou de produção justifica a contratação de mão de obra terceirizada sem contrato formal.

No caso de empresa subcontratada pela terceirizada, deve possuir contrato de prestação de serviço registrado em cartório.



NOTA: Todos os documentos exigidos acima devem ser entregues com dois dias úteis de antecedência a realização da integração de segurança.

Após a entrega e avaliação dos documentos pelo Setor de Segurança do Trabalho da Cooperalfa, será comunicado por e-mail, ou por telefone a aprovação ou reprovação da empresa/colaborador, para participar da integração de segurança.

A Integração de Segurança no Trabalho é ministrada pelos Técnicos de Segurança do Trabalho da Cooperalfa as segundas-feiras, das 8h30 às 10h, nas regionais de Chapecó, Canoinhas, Erechim e São José do Cedro.

5. INSPEÇÕES DE SEGURANÇA

O Setor de Segurança do Trabalho da Cooperalfa realizará inspeções periódicas nas obras e serviços das contratadas e subcontratadas. Caso sejam identificadas irregularidades ou condições com potencial de ocasionar acidentes ou danos, o setor responsável pela contratação será comunicado para que as adequações sejam realizadas.

O canteiro de obras com mais de 20 (vinte) empregados deverá ter a supervisão em tempo integral de um Técnico de Segurança do Trabalho, que deverá apresentar semanalmente ao Setor de Segurança do Trabalho da Cooperalfa relatório técnico das condições de segurança da obra.

6. ACIDENTES DO TRABALHO

Em caso de acidentes com colaboradores das empresas contratadas e subcontratadas, após o atendimento pré-hospitalar, o responsável pela obra ou serviço deve comunicar o ocorrido ao Setor de Segurança do Trabalho da Cooperalfa.

Na sequência, o empregador do acidentado deve providenciar a CAT - Comunicação de Acidente de Trabalho, conforme determina a Lei 8.213 do INSS.


Após emitir a CAT, a empresa deve realizar a investigação do acidente, encaminhando cópia ao Setor de Segurança do Trabalho da Cooperalfa no máximo em 10 (dez) dias após a ocorrência, constando as causas e as medidas corretivas.

7. MEDIDAS DISCIPLINARES

Os desvios de SST cometidos pelos colaboradores devem ser corrigidos através de reorientações e reuniões de segurança, com registro das providências tomadas, devendo ser enviado cópia ao Setor de Segurança do Trabalho da Cooperalfa.

Caso não surtir o efeito desejado, ou o desvio representar perda ou acidente iminente e grave, a obra será imediatamente paralisada e, somente após o cumprimento das exigências criteriosas e avaliação do Setor de Segurança do Trabalho da Cooperalfa será liberada.

1



8. RESPONSABILIDADES

8.1 SETOR DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

- a. Garantir que os prestadores de serviço contratados pela Cooperalfa atendam aos requisitos estabelecidos pelas normas regulamentadoras vigentes.
- b. Realizar a avaliação dos documentos de empresas e colaboradores.
- c. Realizar a pré-avaliação de atividades de risco a ser informada pelos gestores do contrato e propor as medidas de controles aplicáveis.

8.2 COORDENADOR DO SERVIÇO OU OBRA

Antes de iniciar os orçamentos com as empresas prestadoras de serviço, o responsável pela contratação deve informar as empresas sobre as Normas e Procedimentos de segurança da Cooperalfa, além dos documentos necessários para prestar serviço na empresa.

Inspeccionar os canteiros de obra ou locais de trabalho, para verificar o cumprimento das determinações legais e normas da Cooperalfa referente a segurança do trabalho.

8.3 GERENTES E ENCARREGADOS

É de responsabilidade do Gerente ou Encarregado da área ou filial, solicitar e conferir a planilha de APROVAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIROS, conforme modelo em ANEXO, realizado pelo Setor de Segurança do Trabalho da Cooperalfa, para atestar se a contratada ou subcontratada e seus funcionários, estão aptos a realizar os trabalhos nas dependências da empresa.

A não apresentação deste documento considera-se que a empresa está REPROVADA para prestar serviços na Cooperalfa.

8.4 CONTRATADA E SUBCONTRATADA

Cumprir as normas de SST - Saúde e Segurança do Trabalho da Cooperalfa e das Normas Regulamentadoras, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, normalizado pela Portaria nº 3.214 de 8 de junho de 1978.

Cumprir as normas constantes nas NR's e no "Manual de Segurança para Contratadas" da Cooperalfa, respondendo pelos atos praticados por seus colaboradores e subcontratados, decorrentes da não observância das referidas normas.

Em casos de subcontração, devidamente autorizada pela Cooperalfa, a empresa contratada se obriga a dar ciência à subcontratada das exigências de segurança e saúde do trabalho, aqui expressas, bem como, zelar pela observância e cumprimento dessas aludidas condições.




8.5 CONTRATANTE

Estipular as diretrizes de SST - Saúde e Segurança no Trabalho e estabelecer os programas mínimos a serem cumpridos por suas contratadas. A Cooperalfa, através Setor de Segurança do Trabalho da Cooperalfa, continuamente estará atualizando e fornecendo informações de SST às contratadas, visando a prevenção de infortúnios laboral.

A Cooperalfa reserva-se o direito de auditar e intervir em qualquer contratada ou subcontratada, através do Setor de Segurança do Trabalho da Cooperalfa, quando identificar falhas graves ou risco eminente de acidentes ou danos ao patrimônio, determinando a paralisação da obra ou serviço.

9. CONSIDERAÇÕES GERAIS

- a. Os dados pessoais coletados para acesso na cooperativa, seguem as regras de privacidade da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD;
- b. Revoga-se a circular 035/19 de 17/09/2019.


Cládis Jorge Furlanetto
1º Vice-Presidente
Janete Volpatto
Gerência de Recursos Humanos

VISTO
Nei João Parabocz



QUADRO DE REVISÃO - Conforme NR 048/2019 item 3.3.7 Controle de Revisão

Nº Revisão	Data	Redator	Descrição das Mudanças